

Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: o caso da metrópole de São Paulo

OLIVA, Jaime¹

FONSECA, Fernanda Padovesi²

Resumo

A articulação analítica e metodológica de elaborações críticas sobre o urbano e as representações visuais, tendo como ponto de partida que o espaço é uma das dimensões do social, é o núcleo teórico desse artigo. Nele se argumenta sobre o papel produtivo dos espaços urbanos (e não apenas como espaços produzidos), e também sobre a condição construtiva das representações visuais (e não apenas representações como registro) nas realidades urbanas, exemplificadas aqui com o caso da metrópole de São Paulo. O artigo é concluído com alguns exemplos de aplicação dos elementos analisados e depois articulados, que terminam funcionando como sugestões metodológicas de análises dos espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: urbanidade, cartografia geográfica, análise de paisagens, planos, lei de zoneamento, reestruturação urbana.

1 Professor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, na área temática de Geografia. E-mail: jtoliva@usp.br

2 Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: ferpado@usp.br

Abstract

The analytical and methodological joint of critical elaborations on the urban and the visual representations, taking as a starting point that space is one of the dimensions of social, is the theoretical core of this article. In it is argued on the productive role of urban spaces (and not just as produced spaces), and also on the constructive condition of visual representations (and not just representations as a record) in urban realities, here exemplified with the case of São Paulo metropolis. The article concludes with some application examples of the elements analyzed and then articulated, which end up functioning as suggestions for methodological analysis of urban spaces.

KEYWORDS: urbanity, geographical cartography, landscape **analysis, plans, zoning laws, urban restructuring.**

1. Introdução

A Geografia possui um longo débito acumulado em relação aos estudos urbanos (LUSSAULT, 2000, p. 21-33). O fenômeno urbano foi recusado em benefício de uma abordagem mais ruralista, na qual a relação homem – natureza faria mais sentido. No Brasil, isso se reflete não somente apenas no pequeno número de trabalhos sobre o urbano³, mas se revela também por certa insuficiência na elaboração teórica. É bem verdade, que nas outras áreas que também lidam com o objeto urbano pode-se ouvir queixas semelhantes (ANSAY; SCHOONBRODT, 1989, p.34).

Nesse mesmo contexto, outra crítica comum à Geografia refere-se a uma negligência da disciplina em relação às representações visuais, que ao mesmo tempo em que são familiares nas práticas correntes, não têm sido objeto de discussões teóricas. Os geógrafos permanecem ainda pouco presentes nesta matéria (LUSSAULT, 2003, p. 485-489). Segundo Jean-Paul Bord (1997), teoria e reflexão são quase ausentes no interior da Geografia em relação à Cartografia desde há muito.⁴ Fato esse também anunciado com vigor por Brian Harley quando afirma que “[...] a epistemologia foi sempre largamente ignorada pela Cartografia” (HARLEY *apud* GOULD; BAILLY, 1995, p. 62). Uma demonstração é a pequena quantidade de

3 Situação que vem sendo modificada para melhor.

4 O mesmo pode aser afirmado em relação a uma iconografia mais ampla.

trabalhos sobre teoria dos mapas⁵. Por outro lado, o que se produz de renovação na Geografia se mantém quase sempre alheio à questão da Cartografia (FONSECA, 2004).

Neste artigo pretende-se refletir sobre a Geografia Urbana e as representações visuais (Cartografia e a representação visual da paisagem), articulando-as numa proposição de rumos metodológicos para aplicação em estudos dos espaços urbanos, aqui exemplificado no caso da metrópole de São Paulo. Para tal, é necessário refletir sobre alternativas que superem as carências, o que obriga a busca de referências teóricas que expressem, ao mesmo tempo, posturas críticas em relação ao enrijecimento da Geografia nessas áreas e elaborações originais e consistentes que contribuam para a operacionalização do trabalho de pesquisa. O panorama que se apresenta é convidativo, pois existem elaborações inovadoras e importantes sobre estudos urbanos e também sobre Cartografia (e sobre a análise das paisagens) que podem ser produtivas na construção desejada.

O artigo percorrerá as dimensões analiticamente (O caso da metrópole de São Paulo; A urbanidade: repensar o urbano; Imagens: a força da cultura visual; Uma leitura geográfica da Cartografia; A leitura geográfica da paisagem), em primeiro lugar. No final, irá expor algumas articulações dessas dimensões que podem contribuir como elementos metodológicos no estudo de espaços urbanos (Articulando as representações visuais e a cidade; Proposições metodológicas no estudo da metrópole de São Paulo).

2. O caso da metrópole de São Paulo

Não são comuns estudos sobre a metrópole de São Paulo que partam de elaborações teóricas sobre as cidades. Aliás, isso é mais ou menos genérico. Cidades não são suficientemente conceituadas, pois costumam ser tratadas como cenários

5 Eis um breve inventário feito por Jean-Paul Bord (1997) na França: no *Anuário dos cartógrafos* (1996) foram recenseados 119 cartógrafos e/ou cartógrafos-geógrafos e/ou geógrafos-cartógrafos, 14 somente são professores-pesquisadores na Universidade. Entre 506 programas de pesquisa e de serviço do departamento de ciências do homem e da Sociedade do CNRS (1996), 6 equipes são mencionadas sob a palavra de Cartografia. Entre elas, duas são verdadeiramente implicadas nessa disciplina. Uma dirigida por C. Cauvin (Universidade de Strasbourg I) e outra por Y. Guermont (Universidade de Rouen). Por outro lado não existe nenhum DEA em Cartografia teórica.

onde processos mais fundamentais (esses sim teorizados) se desenrolam. Assim, destacam-se processos econômicos e de distribuição da riqueza na cidade, a exclusão social na cidade, a segregação social na cidade etc.

Adotar um ponto de partida que é uma teoria do urbano enquanto fenômeno próprio (o que não quer dizer isolado ou auto-referente), elaborado tendo em conta a dimensão espacial (essa vista como uma das dimensões do social) é algo raro nos estudos urbanos da metrópole de São Paulo de um modo geral, e na Geografia também. Do mesmo modo, incluir a Cartografia e a representação das paisagens relativas às cidades como elementos que operam (e não apenas registram) sobre esses espaços, e em razão disso, utilizá-las como meios relevantes para interpretar as cidades também não é comum.

Isso assinalado como ponto de partida, a reflexão que seguirá desenvolverá uma argumentação sobre a produtividade da aplicação teórica na interpretação do urbano de uma apreensão organizada e conceituada pelo geógrafo Jacques Lévy, a partir do que ele denominou “modelos de urbanidade”.

Já pensando em termos da urbanidade, o caso da metrópole de São Paulo é marcante. Sua trajetória no século XX pode ser interpretada como um percurso no qual a urbanidade foi constantemente rebaixada, em operações que dificultaram a supremacia de uma cidade democrática, que fosse um cenário razoável de constituição da cidadania. Os debates mais complexos sobre: os rumos da expansão metropolitana; as políticas de integração social e espacial; as possibilidades e as formas dos planos; a participação da sociedade urbana nas escolhas dos programas de intervenção estatal e outros foram e são muito pulverizados e pouco referenciados em concepções mínimas de cidade. Tudo isso joga contra a urbanidade, atualmente mais que anteriormente.

A cidade vive um impressionante processo de fragmentação, cuja marca principal é a inserção de redes geográficas sobre o território da cidade que isolam parte expressiva da população, num processo de cisão social muito mais profundo que a anterior separação centro-periferia. Em termos críticos essa fragmentação está blindada, parecendo ser um horizonte desejável pela sociedade urbana. Algo que se pretende refletir no artigo é sobre o que pode contribuir para perturbar essa blindagem que oculta os ataques à urbanidade e inocenta parte da iconografia (e a cartografia) sobre a cidade que opera legitimando o modelo fragmentado e isolacionista da metrópole de São Paulo.

3. A urbanidade: repensar o urbano

Já se tornou repetitivo referir-se à Geografia como uma disciplina que vive uma renovação, para além do “processo normal” de mudança de uma ciência. Mas, de fato, essa renovação existe. As mudanças são grandes e difusas. Não há como afirmar, no contexto da Geografia no Brasil, um rumo predominante. Porém, é possível indicar rumos produtivos e entre estes, quer-se distinguir aquele que inclui o espaço compreendido como uma dimensão do todo social (ou como um dos seus componentes ou então uma de suas instâncias) como um rumo que tem oferecido abordagens próprias e originais⁶.

Jacques Lévy e Michel Lussault afirmam que a sociedade se organiza articulando dimensões, notadamente a econômica, a sociológica, a política, a espacial, a temporal, a individual (2003, p. 325-333). Referir-se a uma dimensão espacial com o mesmo *status* que as outras mencionadas é algo cuja persuasão é árdua. Afinal, algo que parece externo à sociedade, cenário, ou o “outro da sociedade”, ao ser entronizado em seu interior soa estranho e gera controvérsias⁷. Além disso, há outra dificuldade: esse investimento teórico carece de “substrato” e prestígio cultural no mundo das ciências sociais e os geógrafos estavam (estão), conforme algumas correntes da renovação, mais ou menos associados às abordagens das outras disciplinas. Tanto é assim, que mergulhar no raciocínio espacial aparenta um abandono da postura teórica. A aposta é que não.

A dimensão espacial da sociedade resulta de uma constatação empírica, que ainda não foi consagrada como passível de construção teórica. Trata-se do papel fundamental do espaço na vida dos homens, que deriva do fato de que há distância entre os membros e objetos das sociedades. Em face dessa distância e das consequências para a organização social, os atores sociais (coletivos e individuais) engendram estratégias, atos, ideologias, tecnologias, saberes. A Geografia se ocuparia em pensar o conjunto dessas ações e seus contextos de construção e de atualização (LÉVY; LUSSAULT, 2003, p. 330). Os estudos em Geografia abar-

6 Cf. Jacques LÉVY. *Le Tournant Géographique* ; Milton SANTOS. *A natureza do espaço* ; Edward SOJA. *Geografias Pós-modernas*; Michel LUSSAULT. *L'homme spatial* entre outros.

7 Isso pode ser constatado com as obras de Bruno Latour, na medida em que o autor insiste no papel operativo dos objetos (dos não-humanos) no núcleo da dinâmica social. Ver: Bruno LATOUR. *Políticas da Natureza. Como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004. 412 p.

cam variadas expressões do espaço construído pelas sociedades humanas, definidas por coordenadas de experiência e intenção humanas culturalmente diversas (COSGROVE, 2002, p. 66).

O estado recente da discussão já repercute nos estudos de Geografia Urbana, com investimentos em análises da cidade em sua própria escala (escala local). Essa é a abordagem internalista. Até então, a Geografia Urbana era um ramo muito orientado por uma abordagem externalista que examina a inserção do urbano em espaços de escala regional. É o caso dos estudos sobre a urbanização brasileira influenciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, cujo núcleo é a delimitação de redes e hierarquias urbana no Brasil, segundo o grau de centralidade dos diversos núcleos urbanos, elaboração calcada na denominada Teoria dos Lugares Centrais do geógrafo e economista alemão Walter Christaller (1933).

A reflexão aqui é sobre a abordagem internalista das cidades e no caso, da metrópole de São Paulo. Algumas questões devem ser indicadas para explicitar essa postura e as dificuldades em assumi-la. O dominante na literatura sobre o urbano (em todas as áreas) nega à cidade substância suficiente para participar dos grandes debates sociais. O social, segundo as posições comuns, é maior que o urbano⁸. Logo, dominam os estudos de fenômenos na cidade e não o estudo da cidade como um fenômeno.

Posturas economicistas⁹ e estruturalistas¹⁰ descartam a cidade (e o espaço de um modo geral) do “núcleo duro das causalidades”. Isso seria determinismo espacial. Os economicistas liberais reduzem a produção nas sociedades à dimensão monetária dessa produção; as posturas marxistas (como exemplo de estruturalismo) entendem a cidade apenas como subproduto. Quando muito lhe é concedida a condição de mediação. Discute-se mais a produção na cidade e se mantém indiferença sobre a cidade como configuração produtiva, o que impede abordagens que considerem a especificidade das relações sociais urbanas.

A abordagem internalista, que trata a cidade como um fenômeno em si, parte de uma construção que organiza e dá substância conceitual a ideia de urbanidade como a qualidade essencial do espaço urbano, visto como uma dimensão da

8 Um marco desta postura é a *Questão Urbana* de Manuel Castells.

9 Determinismo econômico e ou “comunitarismo” econômico.

10 No sentido amplo: visões ou narrativas da vida social que fundamentam suas análises na existência de estruturas mais ou menos intangíveis para o cidadão comum. No registro marxista, o capital e sua acumulação, a mais-valia, as classes sociais etc.

sociedade urbana. Trata-se de uma visão espacial da cidade que admite situá-la entre as poucas opções que mobilizaram as sociedades na solução do problema da distância (os outros são a mobilidade material – transportes - e mobilidade imaterial - comunicações). A cidade é a melhor solução para essa questão, na medida em que coloca em contato grupos volumosos de entes sociais, procurando eliminar as distâncias e promovendo um sem número de relações, o que é a força produtiva chave das sociedades. A distância aqui é percebida e teorizada segundo toda sua complexidade social, o que a afasta do exclusivismo da distância euclidiana (LÉVY, 2003, p. 199).

Esta abordagem considera o espaço como dimensão do social, pois se as espacialidades e sua morfologia estiverem dissociadas dos estudos sobre a urbanidade, a especificidade da questão urbana se perderá: “[...] cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (LEPETIT, 2001, p. 141). Para manter nos estudos sobre o urbano sua especificidade, é recomendável em termos de método que se criem tipologias, que correspondam à dinâmica desses espaços, que procurem articular as formas e os usos da cidade. Questões sobre as formas que permitem usos múltiplos (e as que não permitem) e em quais circunstâncias, ou então, se existem usos sociais da cidade, ou de fragmentos de cidade, que implicam numa forma única, por exemplo, podem encaminhar bem a discussão sobre a urbanidade (LEPETIT, 2001, p. 142-143).

A teoria urbana (a partir de modelos da urbanidade) desenvolvida por Jacques Lévy busca conservar a integridade da riqueza social da cidade, oferecendo, ao mesmo tempo, um método para discriminar as espécies de espaços urbanos. O postulado inicial é que a cidade deve ser pensada enquanto uma organização sistêmica multidimensional onde se encontram articuladas de forma indissociável, todas as dimensões das sociedades. O espaço desempenha o papel de dar visibilidade aos componentes dessa organização e os princípios e modalidades de suas combinações.

A urbanidade pode ser qualificada a partir do par densidade/diversidade: a densidade é um indicador da intensidade da copresença de objetos sociais (materiais e imateriais) distintos. O urbano é sempre mais denso que o não-urbano; a diversidade exprime a relação entre a quantidade de objetos copresentes e a soma dos objetos “disponíveis” ao mesmo momento na sociedade. O urbano é sempre mais diverso que o não-urbano.

Cada espaço urbano pode ser apreendido em razão do acoplamento densidade/diversidade, dentro uma grande variedade de aspectos (*vide quadro*).

Os indicadores dos modelos de urbanidade estão expressos com clareza no quadro/proposição de Jacques Lévy que expõe os dois modelos extremos de urbanidade usando as cidades de Amsterdã e Johannesburgo como referências e símbolos.

Modelos Paradigmáticos de Urbanidade		
	Amsterdã	Johannesburgo
Densidade residencial e de atividades	+	-
Compacidade	+	-
Interacessibilidade dos lugares urbanos	+	-
Presença de espaços públicos	+	-
Importância das métricas pedestres	+	-
Copresença habitação/emprego	+	-
Diversidade de atividades	+	-
Heterogeneidade sociológica	+	-
Fortes polaridades intra-urbanas	+	-
Auto-avaliação positiva do conjunto dos lugares urbanos	+	-
Autovisibilidade/auto-identificação da sociedade urbana	+	-
Sociedade política de escala urbana	+	-

Fonte: LÉVY, 1999, p. 243.

Para as observações empíricas, tendo como referência o quadro dos Modelos Paradigmáticos da Urbanidade, o autor discriminou um número restrito de geotipos caracterizados segundo o seu grau de urbanidade. Logo, a cada geotipo corresponde uma organização espacial específica, mais ou menos complexa, que constitui o índice de um estado de funcionamento da sociedade urbana. A lista se constitui dos seguintes geotipos: central, suburbano, periurbano, infra-urbano, meta-urbano, para-urbano e pericentral. (LUSSAULT, 2000, p. 31-32)

Viver em quadros de maior ou menor urbanidade não é indiferente. E essa discussão vai além da ideia de exclusão social que domina a crítica sobre a questão urbana na literatura especializada no Brasil¹¹. Se a ideia de exclusão indica afastamentos e carências em relação aos recursos urbanos, a ideia de urbanidade busca uma visão mais integrada de toda a complexidade social-urbana e investe

11 Como fazem, por exemplo, Teresa Caldeira (2000) e Maria Célia Paoli e Adriano Duarte (2004), em trabalhos de qualidade sustentados na ideia de exclusão social.

sobre o que a maior ou menor urbanidade produz em termos, por exemplo, de emancipação social e individual.

4. Imagens: a força da cultura visual

O domínio das ciências sociais e da filosofia encontra na linguagem escrita sua máxima expressão. Entre outros motivos, esse fato entroniza o texto a uma condição de superioridade na cultura letrada ocidental e, de certo modo, engendra uma cultura anti-visualista. Num momento em que há evidência de um mundo pleno de imagens essa cultura anti-visualista cede terreno, afinal “[...] chovem imagens lá fora, mas nós estamos fechados aqui dentro.” (STAFFORD *apud* LUS-SAULT, 2003, p. 486). As imagens estão revalorizadas.

As imagens visuais são compostas de signos não-verbais e não-sequenciais. Conforme Charles Peirce, elas representam um enunciado icônico (2008).

Uma classificação elementar das linguagens

		Verbal	
		Sim	Não
Sequencial	Sim	Discursos verbais (orais e escritos)	Música, Matemática, Filmes, Quadrinhos.
	Não	Quadros, figuras verbais-gráficas.	Pinturas, Fotografias, Figuras não-verbais, cartas e mapas.

Fonte: LÉVY *apud* FONSECA, 2004, p. 204.

As linguagens não-verbais e não-sequenciais são aquelas representadas pelas imagens espaciais. São sincrônicas, dizem respeito à distribuição e as relações dos signos no espaço. Obtém-se a mensagem a partir de uma “leitura espacial” que a rigor não é um ler, e sim um ver (BERTIN, 1988, p. 47). No caso da confecção de um mapa os objetos precisam de um tratamento visual do (s) objeto (s) representado (s), de modo a possibilitar um olhar instantâneo e global.

Do figurativo ao abstrato: as possibilidades da imagem

	“Figurativo”	Analógico	SIMBÓLICO	ABSTRATO (AUTO-REFERENTE)
Exemplos entre as NVNS(*)	Fotografias, Pintura (paisagens, p. ex)	Cartas e mapas	Símbolos arbitrários	Pintura “abstrata”

(*) Não-verbais, Não-sequenciais.

Fonte: LÉVY *apud* FONSECA, 2004, p. 205.

Disposto na esquerda encontra-se a representação que busca uma relação de “adequação mimética” com o objeto representado que é o figurativo. Na extremidade direita há a imagem abstrata, que na verdade não possui um referente que não seja a própria subjetividade (auto-referência) do autor. Por isso, Giulio Carlo Argan (2000, p. 143) diz que ela é a verdadeira concretude, já que não representa nada que não seja ela própria enquanto obra. Nas posições intermediárias o simbólico se aproxima do pólo extremo do abstrato. Representa uma desfiguração, cada vez mais afastada da realidade exterior. Os símbolos são convencionais, e a significação depende do uso cultural exaustivo, tais como os símbolos usados na sinalização do trânsito.

Na posição do analógico os mapas são os melhores exemplos. A analogia escapa do figurativismo, mas mantém similaridades entre o representado e a representação. Na relação analógica reencontra-se na representação, mesmo que parcialmente, a lógica do referente. Os mapas por serem espaciais, funcionam, nalguma medida, com a mesma lógica do espaço a ser representado. Assim, eles podem ser objeto de simulações. Na linguagem de Charles Peirce (2000) o mapa é um tipo de ícone denominado diagrama. Esse diagrama é definido como o ícone visual que tem analogia com o representado.

A despeito do “imperialismo do verbal” as imagens exibem sobre os leitores um poder nada desprezível. São quatro os poderes essenciais:

1. O poder de reduzir a complexidade, e facilitar a dominação tal como nota Bruno Latour:

Não há nada que o homem seja capaz de verdadeiramente dominar: tudo é tudo de saída muito grande ou muito pequeno para ele, muito misturado ou composto de camadas sucessivas que dissimulam o olhar que quer observar. Entretanto, uma coisa, uma única apenas, se domina pelo olhar: é uma folha de papel estendida (exposta) sobre uma mesa ou pregada numa parede. A história das ciências e das técnicas é em larga medida aquela dos estratagemas que permitem de trazer o mundo para sobre essa

superfície de papel. Então, sim, o espírito lhe domina e vê. Nada pode se esconder, se obscurecer, se dissimular. (LATOURE, 1985, p. 21)

2. O poder ter um efeito de verdade inerente ao ícone, algo que a fotografia desfruta com muita evidência;
3. O poder de despertar afetividade. Aliás, essa afeição sempre gerou ansiedade, que criou justificativas para o controle social de sua produção e exposição, desde a censura de Platão das imagens pintadas até as posturas iconoclastas religiosas, e também as preocupações sobre a pornografia e a violência no cinema e na televisão (COSGROVE, 2002, p. 72).
4. O poder de projetar um futuro de espaços idealizados. É o caso das imagens produzidas pelo planejamento (LUSSAULT, 1995, p. 159).

Em suma: a imagem em geral (e a Cartografia em particular) é um poder instituinte da realidade que ela contribui para definir e para configurar (MONDADA, 2003, p. 790).

A linguagem da imagem é trabalhada nas ciências a partir de duas posturas epistemológicas: uma realista que propugna a representação como realista/objetivista (reprodutora), e outra construtivista que compreende a representação como construção. A tensão entre estas duas posições é de grande importância na análise da Cartografia contemporânea e das imagens em geral (MONDADA, 2003, p. 790).

5. Uma leitura geográfica da cartografia

Há uma dificuldade importante na Cartografia utilizada na Geografia. Trata-se do automatismo com que a Cartografia foi tratada no interior da Geografia. Praticamente não há discussão teórica a respeito que tenha se consolidado. Mal se consegue se estabelecer uma evidência: o mapa empregado na Geografia está naturalizado pela geometria euclidiana que é apenas uma das formas possíveis de apreender os espaços. Durante muito tempo os espaços geográficos permaneceram enquadrados pelas coordenadas da geometria euclidiana (COSGROVE, 2002, p. 65). O que comprova, no caso, o papel construtivo dessa Cartografia euclidiana nas elaborações da Geografia.

A ausência de discussão teórica não diminui a importância dessas representações. Brian Harley assinalou em sua obra que os mapas possuem poder de construir visões de mundo, poder nada negligenciável, que em parte se alimenta de uma falsa objetividade e cientificidade.

A questão é saber se há atualmente uma reflexão teórica sobre o mapa que sirva à Geografia e a resposta é que está havendo avanços. Nos anos 1990 aparecem três obras mais epistemológicas com títulos provocadores que evocam a discussão crítica: 1. Mark Monmonier (1991), *How to Lie with Maps*; 2. Luc Cambrézy e Rene Maximy (1995), *La cartographie en débat: représenter ou convaincre*; Antoine Bailly e Peter Gould (1995), *Le pouvoir des cartes: Brian Harley et la cartographie*. Elas têm sido referência obrigatória para a reflexão sobre as relações Cartografia ↔ Geografia. As baterias se dirigem contra a visão realista em Cartografia que teria naturalizado o mapa. O alvo da crítica é o mapa visto como representação de uma manifestação concreta e geográfica nos limites das técnicas da topografia. Um mapa que expressaria uma verdade topográfica, vista como neutra, pois produto de uma ciência indiscutível.

Entendido como neutro o mapa se transformou num extraordinário veículo da ideologia cientificista:

[...] a Cartografia moderna é fruto de uma empresa global, uma forma de poder/saber mesclada às principais transformações produzidas na história do mundo, criada e recebida por agentes humanos, explorada pelas elites para exprimir uma visão ideológica do mundo. (HARLEY, 1991, p. 9)

É possível assinalar uma movimentação interna no fazer cartográfico já nos anos 1970, embora ainda não repercutisse muito sobre a reflexão teórica (DURAND et al, 1993, p. 38). Trata-se da convergência de: 1. Avanços no campo da gráfica; 2. A informatização da linguagem e 3. A renovação epistemológica da Geografia.

1. A gráfica: esse caso ilustra bem a dificuldade de reflexão entre os defensores do objetivismo cientificista na Cartografia, inclusive nos seus próprios termos. Trata-se da produção da monumental *Semiologia Gráfica* de Jacques Bertin. O autor pretendeu ter chegado às “leis” da percepção visual e da percepção universal, que viabilizariam uma linguagem monossêmica. Codificou os signos gráficos e sistematizou-os. Não criou signos e significantes arbitrários e/ou convencionais. Daí sua pretensão de máxima objetividade e neutralidade, que, aliás, foi muito mal incorporada pela Cartografia científica. Essa permaneceu prisioneira de uma linguagem arbitrária construída num “círculo científico”, o que francamente enfraquece a objetividade e neutralidade imaginadas.
2. A informatização da linguagem: novas tecnologias ligadas à informática vão fornecer recursos e mesmo formas inéditas de se apreender o espaço

que irão concorrer com a Cartografia tradicional. Vão reforçar a imagem de cientificidade das representações. Imagens de satélites vão resultar numa Cartografia automática. A adesão entusiasmada dos geógrafos-cartógrafos vai exigir que eles aprendam a lidar com todo o aparato de computadores e *softwares*. Isso os absorveu e mais uma vez a discussão sobre a relação mapa ↔ Geografia foi marginalizada (RIMBERT, 1990, p. 39).

3. A renovação epistemológica da Geografia: com as novas elaborações sobre o objeto de estudo da disciplina, como o entendimento da relatividade do espaço construído pelas sociedades humanas, constatou-se que mapas de base euclidiana nem sempre são adequados (a geometria de apreensão do espaço, visto como absoluto). Mas isso não implicou num avanço da relação Cartografia ↔ Geografia. Implicou, para muitos, num certo abandono da Cartografia nas novas práticas da Geografia.

A virada na reflexão sobre as relações Cartografia ↔ Geografia se dará após os anos 1990. Sua substância (além da crítica ao “cientificismo”) está em ver os mapas como uma linguagem que resulta de um fazer específico e possui a capacidade de se interpor de maneira autônoma no processo comunicativo. É um pólo consistente do discurso. Os mapas constroem (criam) modalidades segundo as quais o mundo é ordenado, conhecido e experimentado. Nesse caso, o papel do intérprete é crucial, pois se trata de um ator social que usa o mapa para extrair informações visando objetivos.

Por isso, interpretar um mapa é um momento de ação espacial que configura ações estratégicas de produção e de utilização do espaço. O mapa não é só um instrumento de apropriação intelectual do espaço, mas também parte integrante do processo de produção do espaço: é o sistema ordenador através do qual a sociedade se liga e controla o mundo. Gerador de visões de mundo, como já foi dito. Ela se conecta ao potencial cognitivo de uma sociedade particular e difunde os saberes geográficos de todos os tipos - acadêmicos, militares, políticos, ideológicos, etc. (LÉVY, p. 9, 2003).

Um mapa não é o espaço, mas o mapa é um espaço. Como diz Michel Lussault, esse novo espaço se reúne a todos aqueles que lhes preexistem e enriquece, ao se incorporar, o conjunto das espacialidades que contribuem na definição de uma situação.

Vários autores¹² trabalham essa relação complexa da sociedade com o mapa e constatam: o mapa não pode ser pensado fora de seu contexto de produção e

12 Os já citados, mais Denis Cosgrove, Claude Raffestin, Michel Lussault, Jean-Paul Bord, Franco Farinelli.

utilização, e deve ser sempre tratado também como um poder. Sondar suas condições (ideológicas, cognitivas, tecnológicas, técnicas) e seus efeitos de realidade são necessidades que se impõem aos intérpretes. Enfrentar o mito da objetividade é a tarefa. A suposta neutralidade da objetividade científica vem eximindo o mapa dessa contextualização, a despeito de ele ser constantemente objeto de usos manipulatórios, desde fins geopolíticos até os mais prosaicos objetivos publicitários e mercantis. Uma contestação brilhante que denuncia engajamentos diversos é o trabalho de Mark Monmonier, sobre como se faz para mentir com os mapas.

Sem a blindagem da pretendida objetividade o mapa não possuiria um estatuto diferente de outras formas de linguagem. Isso não traria prejuízo algum, até pelo contrário quebraria a resistência em se admitir como mapa outras representações cujo estatuto de Cartografia legítima lhes era negado. Como assinalou Brian Harley:

[...] a história da Cartografia deixou-se aprisionar pelas categorias e definições dos eruditos. Faltava reconhecer a grande diversidade de formas de representação no mosaico da cultura humana universal [pois, mapa] é toda representação gráfica que facilita a compreensão espacial dos objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano” (HARLEY, 1991, p. 7).

Mas vale se proteger de outro exagero, só que agora invertido: a leitura conspiratória. Essa retira do mapa qualquer função na comunicação e na produção de conhecimento, com a constatação de que ele não reproduziria a realidade. Isso, não é um clamor desmesurado e ingênuo por uma objetividade inexistente? Visto sob esse olhar conspiratório não se compreenderá as lógicas de comunicação e nem o conhecimento veiculado. Para os mapas, assim como para qualquer discurso parece mais eficaz tratar como verdades as mensagens emitidas (em algum sentido elas sempre são, nem que seja como elementos reveladores daqueles que produzem o mapa) (LÉVY, 2003, p. 9).

6. A leitura geográfica da paisagem

A outra expressão iconográfica familiar à Geografia é a representação da paisagem. A idéia de paisagem como a expressão visual do espaço é base para variadas conceituações desde as origens da Geografia moderna, como ilustra o caso de

Jean Brunhes. Ele fez da fisionomia o fundamento do saber geográfico e definiu que os objetivos do olhar geográfico são os de identificar os traços da atividade humana e, da vida que deixam impressão na paisagem (BESSE, 2006, p. 67). Essa postura entrou em declínio com a renovação da Geografia.

As críticas ao domínio do verbal que provocaram uma revalorização cultural da expressão visual tiveram por consequência uma reativação nas relações entre paisagem e Geografia. Mais recentemente a Geografia Cultural ofereceu notáveis contribuições na abordagem iconográfica da paisagem. E essas contribuições podem ser associadas aos elementos de renovação da Geografia, alimentar a construção de uma metodologia de análise das representações visuais da paisagem em geral, e em particular nos espaços urbanos.

Denis Cosgrove sintetiza: geograficamente a idéia de paisagem é a expressão mais significativa da intenção histórica de reunir a imagem visual e o mundo material. A paisagem revela a Geografia tal como se percebe, se retrata e se imagina.

A importância atribuída a essa representação visual exige cuidados na sua análise. De início um ponto elementar: a paisagem é sempre uma representação do olho humano. De quem a vê, de quem a representa expressando-a num quadro, numa fotografia, no cinema e de quem vê a representação. O ver como elemento construtor é o núcleo necessário da interpretação das paisagens. Há formas de ver, e não há dúvidas que o *ver* é uma habilidade aprendida com fortes condicionamentos culturais (COSGROVE, 2002, p. 66). O *ver* está moldado por imagens do passado e por experiências individuais. Boa parte da visão aprendida é pessoal, mas de outra parte é social, condicionada por convenções sobre o que e como se deve ver, quem deve ver, quando e em que contexto, sobre as associações e os significados atribuídos a uma cena dada etc. As convenções culturais ativadas pelas imagens são objeto de revisão crítica por parte da Geografia cultural recente, algo no que se pretende investir nessa pesquisa, tendo em conta seu objeto empírico.

A evolução dos significados da paisagem iconográfica no mundo ocidental culmina com um olhar racional que iguala a visão ao conhecimento e a razão. Esse é um desdobramento da valorização do visual (do poder da imagem) e esse é um importante condicionamento cultural contemporâneo. A força do *eu vejo* é grande. *Eu vejo* tanto é o ato físico quanto cognitivo. O olho se apresenta como uma janela da “alma racional”. Racionalidade essa sujeita às críticas comuns no mundo moderno à dimensão tecnológica, pois a visão no mundo moderno está ampliada tecnologicamente, e o olhar está cada mais dirigido e comprometido com a racionalidade moderna.

A tecnologia aumentou a importância da visão como meio de análise do espaço. A fotografia figura entre os avanços mais significativos do século XIX e o vôo a motor entre os do século XX. O desenvolvimento da fotografia está vinculado à elaboração de panoramas, e as convenções pictóricas da pintura paisagística se aplicaram rapidamente à fotografia e mais tarde ao cinema. O vôo a motor, por sua vez, posicionou o observador com condições de contemplar a paisagem num ângulo, que antes era exclusivo dos mapas. Contemporaneamente, as imagens de satélite (que mantêm o olhar vertical sobre a Terra) terminam tornando o mapa obsoleto se o tema for a representação exaustiva de objetos e a localização convencional.

Em razão dos contextos culturais, as representações visuais das paisagens devem ser percebidas como representações nas quais os processos sociais são incorporados. Isso permite notar as regulações sociais para evitar que se façam apenas descrições das morfologias. Aliás, isso também vai se coadunar com o entendimento que o espaço é uma dimensão do social,

A importância da representação paisagística na manutenção da ordem (ou eventualmente na contestação) é percebida se, por exemplo, for feita uma análise que parta da noção de classe. Denis Cosgrove (2002, p. 78) nos lembra um exemplo da Inglaterra do século XVIII em que eram concomitantes a eliminação dos direitos comunais e do acesso aos recursos naturais das comunidades e, a criação de vistas agradáveis dos parques, das paisagens rurais encantadoras que escondiam o drama. Isso se deu também nas áreas urbanas onde classe e paisagem moldaram o desenho dos parques e jardins urbanos no século XIX, como foi o caso do Central Park em Nova York. Ao ser construído no coração de Manhattan, na segunda metade do século XIX, trazia uma visão nova do urbanismo metropolitano: de acesso democrático aos espaços públicos, ponto encontro da diversidade social urbano (DEBARBIEUX, 2003, p. 689). A resposta das classes médias foi a de mudar para as margens suburbanas das cidades e rodear-se de chácaras com paisagens desenhadas segundo modas diversas. São progenitores do jardim e do pátio suburbano moderno, típico na “subúrbia” norte-americana.

As representações visuais das paisagens têm a capacidade de ocultar e suavizar as realidades de exploração e de naturalizar aquilo que constitui uma ordem espacial socialmente elaborada, como processos de “guetificação” de etnias ou a insistência em manter as mulheres em cenas domésticas (logo, sua ausência em cenas públicas):

A capacidade da paisagem para submergir sob uma superfície lisa e estética a mão de obra que a produz e a mantém é resultado direto de suas qualidades pictóricas e de sua identificação com a natureza física, situando o histórico e o contingente para além de toda reflexão crítica. (COSGROVE, 2002, p. 80).

Enquanto o mapa se protege da desconstrução crítica por meio do mito da objetividade, a paisagem o faz por meio da estética.

7. Articulando as representações visuais e a cidade

Michel Lussault (2007) afirma que a evolução iconográfica das representações sobre cidades acompanha e participa da própria evolução dos espaços urbanos. Logo, observar a evolução das representações das cidades é bastante revelador.

Historicamente a representação das cidades foi feita numa variação de apreensão que ia do frontal ao panorâmico até a conquista do olhar vertical. Nessa transição muitas vezes os objetos que constituíam as cidades estavam representados em visão frontal ou oblíqua, utilizando elementos figurativos e simbólicos, mas a estrutura urbana já era percebida e esquematizada na visão vertical dos mapas atuais.

No renascimento investe-se em imagens pictóricas da cidade, que tinham como função mostrar pela primeira vez visões de conjunto, de certo modo, expressar um orgulho da sociedade urbana, algo que contava na formação da identidade urbana. A popularidade destas cenas do espaço urbano foi grande e espalhou-se rapidamente nos séculos XVI e XVII. A elas foi dado no nome de “paisagens”, especialmente na Holanda, Inglaterra e Lombardia, regiões europeias em que o avanço das formas capitalistas era mais rápido (COSGROVE, 2002, p. 74).

Michel de Certeau indica que a vontade de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-las. As pinturas medievais ou renascentistas que representavam as cidades em perspectiva expressavam essa vontade. Elas representavam por meio de um olhar que jamais existira até então. Inventaram a visão do alto da cidade e o panorama, que gerava a sensação de apreensão de conjunto da cidade habitada: “Essa ficção já transformava o expectador medieval em olho celeste. Fazia deuses. Será que hoje as coisas se passam de outro modo, agora que processos técnicos organizaram um poder onividente?” (CERTEAU, 1996, p. 170-171).

Quando o mapa formal é entronizado ela conquista o terreno que era antes das figuras pictóricas e dos mapas informais. Transformado pela geometria eu-

clidiana ele passa a apresentar um conjunto formal de lugares abstratos (junta lugares heterogêneos e os homogeneiza). É um teatro, que tem valor cognitivo, mas apoiado pela ideologia racionalidade, vai conquistar a posição de verdade irrefutável (CERTEAU, 1996, p. 206-207). É o caso dos mapas urbanísticos visando planejamento. São mapas que visam controlar o crescimento, e ao dar uma visão de conjunto eles imprimem uma visão de cidade ideal que passa a contar no conjunto das ações espaciais dos diversos atores da sociedade urbana (LUSSAULT, 2007, p. 279). Isso porque a cidade panorâmica funciona como um “quadro teórico” de reflexão sobre sua estrutura e sobre, portanto, o projeto.

O risco dos mapas formais/euclidianos é a submersão sob a racionalidade das práticas cotidianas. Dois exemplos interessantes sobre a importância de se contemplar nos mapas as práticas cotidianas da população. No livro *O Mapa Fantasma* há o relato sobre os esforços de John Snow em decifrar a lógica da expansão espacial do cólera na Londres de 1854 e para isso ele fez uso da Cartografia. Steve Johnson considera que o primeiro mapa não surtiu efeito desejado por Snow, pois a distribuição dos casos do cólera reforçava a interpretação miasmática¹³:

A concentração de mortes ao redor da bomba d'água da Broad Street poderia ser uma mera evidência de que a bomba liberava vapores pestilentos na atmosfera. E, assim, Snow percebeu que precisava encontrar um modo de representar graficamente a circulação de pedestres ao redor da bomba, que ele tão meticulosamente reconstituíra. Precisava mostrar os vivos, não apenas os mortos; precisava mostrar como os moradores de fato se moviam pelo bairro. (JOHNSON, 2008, p 178).

Por essa razão, Snow produziu um segundo mapa, com um acréscimo visual sobre o primeiro:

A intenção de Snow nesse segundo mapa era criar um diagrama de Voronoi, tendo como pontos de referência as treze bombas d'água. Desse modo seria possível traçar uma célula que representasse o exato subgrupo de residências que estava mais próximo da bomba da Broad Street do que de qualquer outra bomba no mapa. Mas essas distâncias deveriam ser calculadas de acordo com o tráfego de pedes-

13 A propagação do cólera se daria pelo ar.

tres, não com as distâncias abstratas da geometria euclidiana. A célula ficava distorcida em razão do arranjo errático das ruas do Soho. Algumas casas estavam mais próximas da Broad Street em linha reta, mas, quando se mediam as rotas a pé, que abriam seu caminho através dos becos tortuosos e ruas laterais do Soho, outra bomba se revelava mais próxima. Era, como o historiador Tom Koch observa com sagacidade, um mapa organizado tanto ao redor do tempo quanto do espaço: em vez de medir a exata distância entre dois pontos, mede quanto tempo se leva para caminhar de um ponto a outro.” (JOHNSON, 2008, p. 179)

Outro caso interessante é sobre o mapa do metrô de Londres criado por Harry Beck em 1932. Esse mapa é um paradigma dos mapas de metrô. É um mapa topológico, que abre mão do fundo euclidiano, e dá destaque às linhas e nós (estações e entroncamentos). Não foi aceito pela direção do metrô, mas num teste com os usuários a aderência foi enorme. Ele fazia muito mais sentido para as práticas cotidianas dos passageiros do que um mapa com as “medidas certas”.

Essas considerações podem ser aplicadas na interpretação da Cartografia e da iconografia dos espaços urbanos (no caso, exemplificado, pela metrópole de São Paulo) na verificação da dinâmica e construção da urbanidade. A tensão formalismo euclidiano/cartográfico ↔ flexibilização dos mapas euclidianos (investimento em mapas topológicos) e realce das práticas urbanas devem ser consideradas nas pesquisas sobre os espaços internos do urbano. A Cartografia da Geografia Urbana contemporânea tem como desafio desenvolver representações que acrescentem cognitivamente na explicitação da urbanidade, algo ainda por desenvolver. Quanto ao já representado (mapas e paisagens) um dos cuidados é a verificação (é a localização) dos momentos de inflexão em que as imagens sobre a cidade atuam sobre o enriquecimento ou o rebaixamento da urbanidade de São Paulo.

8. Proposições metodológicas no estudo da metrópole de São Paulo

Após as reflexões e articulações sobre o urbano e as representações visuais, será exemplificado como elas podem se transformar em elementos metodológicos no caso da metrópole de São Paulo. Um critério que pode ser um primeiro passo é a identificação de eventos e processos que tiveram peso na dinâmica da

urbanidade, e que também foram intensos geradores de representações visuais. A ligação entre essas duas realidades costuma ser intensa.

Um caminho obrigatório para localizar eventos dessa natureza é o exame minucioso dos planos (de melhoramentos, diretores e de trânsito e transporte), para a verificação da sua aplicação e eventuais repercussões na urbanidade e na geração de iconografia. No caso de São Paulo destaca-se como plano efetivo e com os “impactos” mencionados o Plano de Avenidas. Eis alguns comentários sobre ele.

Plano de Avenidas

O mais importante empreendimento urbanístico do governo municipal no começo do século foi o Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia durante a administração de José Pires do Rio, último prefeito da República Velha (CALDEIRA, 2000, p. 216). Com base nele optou-se por investir nas avenidas e na pavimentação das ruas em vez de expandir o serviço de bondes. Uma das principais causas de concentração da cidade era que o transporte coletivo baseava-se no sistema de bondes, que requeria instalações caras e, portanto, expandia-se lentamente. O lançamento de um sistema de ônibus, associado à progressiva abertura de novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia (CALDEIRA, 2000, p. 217).

O Plano de Avenidas pode ser interpretado como a adoção da racionalidade técnica como linguagem e como uma ação de peso para a modernização de São Paulo. Esse plano começou a ser montado em 1925. Seus autores¹⁴ o definiam como solução para a crise de crescimento da capital paulista em fase decisiva da sua passagem para o rol das grandes metrópoles. São Paulo não podia deixar de progredir por falta de estrutura que apoiasse sua expansão. O grau de intervenção foi intenso. As transformações afetaram muitos habitantes da cidade, que tiveram que construir novas espacialidades, logo novas sociabilidades e identidades. As modificações pesaram na urbanidade anterior. Ele aumentou exponencialmente a distância entre moradia e local de trabalho, gerou a periferação da cidade, iniciou o processo de incorporação das áreas urbanas de outros municípios a um espaço metropolitano, esvaziou bairros centrais operários (Brás, Mooca, Liberdade, por exemplo) (PAOLI; DUARTE, 2004, p. 65-69).

Essa ruptura na urbanidade anterior para ser realizada precisou de uma sustentação de tipo ideológica, uma ideologia a favor do saber científico-racional. Uma campanha de persuasão (que gerou iconografia que pode ser muito revela-

14 Os engenheiros Francisco Prestes Maia e João Florence Ulhôa Cintra.

dora) foi feita para esclarecer o cidadão comum. Um mote era convencer sobre a importância das grandes obras de transformação. A população só participará na condição de público a ser convencido.

Verificar como a cidade era retratada por representações visuais antes e passou a ser representada com a implementação do plano, tendo em vista as alterações na urbanidade será uma ação metodológica indispensável. E aqui há um dos destaques mais impressionantes relativo à cartografia da cidade. O Plano de Avenidas se beneficiou de um trabalho cartográfico magnífico para época, e que demonstra o poder dos mapas como operador na reestruturação urbana. A municipalidade¹⁵ mandou executar em 1930 o *Mapa Topográfico do Município de São Paulo*, elaborado pela empresa SARA BRASIL S/A, pelo método “Nistri” de aerofotogrametria, nas escalas 1:20.000 e 1:50.000. Foi um trabalho muito preciso (segundo as métricas euclidianas) e que serviu de instrumento básico para os projetos urbanos que seriam realizados a seguir (TOLEDO, 1996, p. 114).

Lei de Zoneamento

Outro exemplo de evento que rebaixou a urbanidade foi o Código de Zoneamento de São Paulo. Aprovado em 1972 dividiu a cidade em 8 zonas com diferentes coeficientes de aproveitamento e tipos de uso de solo (residência, comércio, indústria, serviços etc.). O maior coeficiente de aproveitamento na cidade foi fixado em 4 e se aplicava a uma área correspondente a apenas 10% da região urbana total. A maior parte dos bairros de elite ficou em zonas classificadas como exclusivamente residenciais e com coeficientes de aproveitamento baixo (CALDEIRA, 2000, p. 227).

A lei se sustentava numa visão exatamente anti-urbanidade, na medida em que impedia a densificação e compactação da cidade, assim como a mistura de atividades, o que também impossibilitava a diversidade social. A regressão da urbanidade pode ser debitada na conta do urbanismo dominante, legitimador da setorização e do zoneamento. Essas políticas, onde elas foram bem sucedidas, pouco a pouco, derrocaram a atividade humana contínua e complexa. Peter Hall revela a face perversa de um planejamento e zoneamento comprometido com a segregação social. Longe de realizar maior justiça social para os pobres encortçados em Nova York e Chicago, a combinação de planejamento e zoneamento da década de [19]20 incumbiu-se de mantê-los fora dos desejáveis subúrbios que então se construíram ao longo dos trilhos dos bondes e das linhas de metrô (HALL, 2002, p.70-72).

15 Na gestão do Prefeito José Pires do Rio.

De fato, na origem o zoneamento visava a justiça social e sua tendência segregacionista era involuntária. O zoneamento é uma teoria urbanística alemã da segunda metade do século XIX. Pretendia regulamentar a repartição dos valores fundiários no espaço urbano. Foi processado em nome de exigências econômicas e segundo uma lógica científica. Entendia-se a época que a crise habitacional que as grandes cidades alemãs viviam devia-se a elevação artificial dos preços dos terrenos notadamente dentro da zona de extensão imediata das cidades. O remédio consistiria em dividir a cidade em duas zonas: uma zona interior, caracterizada por preços de terreno elevados devido a densidade da edificação e a escassez de terrenos e uma zona exterior cujos terrenos ainda inexplorados têm preços baixos e permitem construções mais arejadas e menos insalubres. A luta contra a especulação passa então pelo estabelecimento de um mapa ideal dos valores fundiários que garantiria sua manutenção num nível constante. A partir daí o urbanismo segue as regras do zoneamento, considerando a hipótese que a natureza do que é construído – densidade das construções, tipos de habitações – dependem estreitamente dos valores fundiários, que o zoneamento contribui a determinar.

O zoneamento confere ao mapa um forte impacto na modelagem da realidade urbana submetendo o território da cidade e sua extensão futura a uma ordem fixa *a priori* segundo um esquema racional concretizado pelo plano de desenvolvimento (VONAU, 2003, p. 58). Em São Paulo, os planos diretores sucessivos se apoiaram na lógica da setorização e zoneamento. Apesar das violações legais¹⁶ e das modificações que a lei sofreu o zoneamento conta na moldagem da cidade. E foi e é gerador de uma cartografia e representações de paisagens que idealizam os espaços isolados e legitimam a eliminação da densidade e da diversidade. A atenção às repercussões do zoneamento, consagradas na iconografia, também é um elemento metodológico importante.

Reestruturação a partir de 1980: redes geográficas e isolamento condominial

O que a lei de zoneamento sedimentou pode ser considerado um dos elementos da reestruturação urbana que a metrópole de São Paulo vai conhecer a partir dos anos 1980. Porém, essa reestruturação foi muito mais longe na “fragmentação” da cidade. Produziu-se uma lógica espacial com verdadeiras redes geográficas que articularam formas de estilo condominial (residências, centros comerciais e de serviços, centros empresariais) fechadas em relação aos territórios em que

16 Os denominados bairros-jardins, de uso exclusivamente residencial, lograram obter o tombamento para proteger sua estrutura de usos indevidos.

estão inseridos. As relações sociais são movidas nas redes por uma automobilização impressionante que incide no núcleo denso da cidade, sem comparação com qualquer metrópole do mundo.

Automóveis no Município de São Paulo							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2010
Automóveis	3.670.308	3.768.891	3.771.186	3.840.511	3.892.859	4.000.271	5.043.679

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) Departamento de Informações (Deinfo) - Setor de Transportes

Essa lógica está muito além da cisão centro-periferia, que foi superada por uma segregação pulverizada por toda a área metropolitana. Tudo isso acompanhado por uma desvalorização generalizada dos espaços públicos. O que resultou num rebaixamento importante da urbanidade da cidade.

Estratégias habitacionais dependentes do automóvel		
	Modelo convencional	São Paulo
Esquema mobilidade	Automóvel ↔ habitat unifamiliar ↔ shoppings ↔ CBDs(*) ↔ subúrbio (periurbano)	Automóvel ↔ habitat coletivo ↔ shoppings ↔ CBDs ↔ gradiente central
Estratégia	Patrimonialização	Patrimonialização
Sociabilidade	“Comunitária”	Agrupamento homogêneo
Espaços públicos	Não	Não
Espacialidade	Reticular no subúrbio	Reticular no núcleo denso
Localização	Periurbano	“Peri-central”
Forma de afastamento	Distanciamento do centro	Isolamento condominial

Fonte: OLIVA, 2004, p. 241.

(*) Centro – Distrito – de Negócios

A reestruturação em andamento da cidade é pródiga na geração de iconografia. De uma iconografia que seguramente, mais do que apenas registrar, é uma das criadoras do modelo de reestruturação, cujo protagonista principal é o mercado imobiliário, com uma profusão impressionante de mapas e representações de paisagens que legitimam e naturalizam o modelo de isolamento condominial que impera na cidade.

A produção cartográfica contemporânea do mercado imobiliário produz o que pode ser denominado como um verdadeiro oxímoro urbano. Se o urbano é uma produção humana para ampliar o contato, os mapas do mercado publicitário são uma ode à separação, à exclusividade, ao privilégio. Mark Monmonier afirma que a Cartografia da publicidade tem uma necessidade premente de comunicar uma versão limitada da verdade. Um mapa de publicidade deve criar uma imagem sedutora, mas não pode atingir seus objetivos mostrando tudo (MONMONIER, 1993, p. 96).

Os mapas que proliferam a partir do mercado publicitário (e que têm uma repercussão grande, certamente, visto as mídias empregadas) criam uma cidade chocante. Na verdade abstraem a cidade mostrando as redes condominiais impressas sobre vazios urbanos. As redes – condomínios fechados verticais e horizontais costumam ser chamadas de “oásis”, logo está justificado não mapear o “deserto”.

A análise de toda a iconografia do período, com destaque especial à força dessa iconografia do mercado imobiliário, será importante como metodologia para verificar em retrospectiva quais foram as variações sobre a imagem da cidade que o mercado imobiliário veiculou historicamente. E como se sedimentou esse modelo mencionado.

Assim ficam exemplificadas, de modo sucinto, algumas sugestões metodológicas de abordagem do urbano, ilustrado pelo caso de São Paulo, a partir de uma combinação de posturas que articulam a teoria dos modelos de urbanidade com a análise de estilo construtivista das representações visuais, a cartografia e as representações da paisagem urbana.

Referências

ANSAY, Pierre ; SCHOONBRODT, René. **Penser la ville**: choix de textes philosophiques. Bruxelas: A.A.M., 1989. 470 p.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. São Paulo: Editora Ática, 2000. 334 p.

BERTIN, Jacques. **Semiologie graphique** : les diagrammes, les reseaux, les cartes. Paris : EHESS , 1998. (Les ré-impressions des Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales). 452 p.

BERTIN, Jacques. Ver ou ler. **Seleção de Textos** (AGB), São Paulo, n.18, p. 45-62, maio 1988.

BESSE, Jean Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia.** São Paulo: Perspectiva, 2006. 108 p.

BORD, Jean-Paul. Géographie et sémiologie graphique : deux regards différents sur l'espace. In : Colloque 30 ans de semiologie graphique, novembro de 1997. Disponível em: <<http://193.55.107.45/semiogra/bord/bord.htm>> . Acesso em: 22 out. 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Trad. Frank de Oliveira, Henrique Monteiro. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

CAMBREZY, Luc; DE MAXIMY, René (org.). **La cartographie en débat: Représenter ou convaincre.** Paris: Karthala-ORSTOM, 1995. 197 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994. 351 p.

COSGROVE, Denis. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. **Boletín de la A.G.E.**, nº 34, p: 63-89, 2002. Disponível em: <http://age.ieg.csic.es/boletin.htm#34> Acesso em: 28/09/2011.

DEBARBIEUX, Bernard. Parc naturel. In: IN : LÉVY, Jacques ; LUSSAULT, Michel (Dir.) **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés.** Paris: Belin, 2003. p. 689-690.

FONSECA, Fernanda Padovesi. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia.** 08/09/2010. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, São Paulo, 09/09/2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/fr.php> Acesso em 28/09/2011.

GOULD, Peter; BAILLY, Antoine (Org.) **Le pouvoir des cartes: Brian Harley et la cartographie.** Paris : Anthropos, 1995. 120 p.

HARLEY, Brian. A nova história da Cartografia. **O Correio da UNESCO** (Mapas e cartógrafos), Brasil, ano 19, n. 8, ago. 1991, p. 4-9.

HARLEY, Brian. **La Nueva Naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la Cartografia.** México: Fondo de Cultura Económica, 2005. 398 p.

JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 260 p.

LATOURE, Bruno. Les “vues de l’esprit”: une introduction à l’anthropologie des sciences et des techniques. **Culture technique**, Neuilly-sur-Seine (FRA), n° 14, p. 5-29, 1985. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/29797> Acesso em: 28/09/2011

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Organização de Helena Angotti Salgueiro. Trad. Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001. 323 p.

LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique** : penser l’espace pour lire le monde. Paris : Belin, 1999. 400 p. (Mappemonde 8)

LÉVY, Jacques ; LUSSAULT, Michel. Espace. IN : LÉVY, Jacques ; LUSSAULT, Michel (Dir.). **Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 325-333.

LUSSAULT, Michel. **L’Homme spatial** : la construction sociale de l’espace humain. Paris : Seuil, 2007. 364 p.

LUSSAULT, Michel. Image. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Dir.). **Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 485-489.

LUSSAULT, Michel. La ville des géographes. In : PAQUOT, Thierry; LUSSAULT, Michel; BODY-GENDROT, Shophie (Orgs.) **La ville et l’urbain, l’état des savoirs**. Paris: La Découverte, 2000. p. 21-33.

LUSSAULT, Michel. La ville clarifiée: essai d’analyse de quelques usages carto-et iconographiques em oeuvre dans le projet urbain. In: CAMBREZY, Luc; DE MAXIMY, René (Org.). **La cartographie en débat**: Représenter ou convaincre. Paris: Karthala-ORSTOM, 1995. p.157-193.

MAIA, Francisco Prestes. **Estudo de um plano de avenidas para a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1930. 356 p.

MONDADA, Lorenza. Représentation. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Dir.). **Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 790.

MONMONIER, Mark. **Comment faire mentir les cartes**: du mauvais usage de la Géographie. Paris: Flammarion, 1993. 233 p.

OLIVA, Jaime Tadeu. **A cidade sob quatro rodas**. O automóvel particular como elemento constitutivo e constituidor da cidade de São Paulo: espaço geográfico como componente social. 06/10/2010. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, São Paulo, 29/11/2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06102010-142742/pt-br.php> Acesso em 28/09/2011.

PAOLI, Maria Celia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: PORTA, Paula (org). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 53-99.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000. 335 p.

RIMBERT, Sylvie. **Carto-graphies**. Paris : Hermès, 1990. 176 p.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa de Artes, 1996. 297 p.

VONAU, Elsa. Urbanisme : l'invention du zonage. In: LÉVY, Jacques ; PONCET, Patrick ; TRICOIRE, Emmanuelle. **La carte, enjeu contemporain**. Paris, Dossier n° 8036, Documentation photographique, La Documentation Française, p. 58-59, 200